

IV CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA
“A GESTÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS E O IMPACTO DAS NOVAS
TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO”
19 A 22 DE OUTUBRO DE 2010 - VITÓRIA-ES

VI ENCONTRO DE PALEOGRAFIA E DIPLOMÁTICA

A PALEOGRAFIA COMO PRÁTICA INVESTIGATIVA:
O TESTAMENTO DE JOAQUIM VICENTE DOS REIS E OS MAIS
DE 1200 ESCRAVOS DA FAMÍLIA BARROSO.

TRafaela Machado Ribeiro e
Carlos Roberto Bastos Freitas*
(TRafaela1808@yahoo.com.br;
crbfreitas@yahoo.com.br)

RESUMO: A utilização de documentos oficiais em pesquisas históricas é amplamente utilizada por pesquisadores e historiadores em geral. Embora nos últimos anos novas fontes tenham se mostrado de igual valor e importância, como, por exemplo, o trabalho com fontes orais, é fato que as fontes documentais constituem o cerne de muitos trabalhos de pesquisa. Em geral, grande parte dessa documentação tem origem no Brasil a partir do século XVII e, é por isso, que problemas como falta de conservação, ataques de insetos, folhas rasgadas e grafia quase que ilegível são comuns a sua estrutura.

Nesse sentido, este trabalho pretende demonstrar a importância da utilização da paleografia como prática investigativa para a identificação e análise do testamento de Joaquim Vicente dos Reis e do inventário de seu herdeiro maior, Sebastião Gomes Barroso. Conhecida a grandeza das obras e da riqueza acumulada pelos jesuítas ao longo de seus trabalhos no Brasil, quando da sua expulsão no ano de 1759, em decorrência da reformas pombalinas, a Companhia deixou em Campos dos Goytacazes um de seus maiores legados: a Fazenda de Nossa Senhora da Conceição e Santo Inácio de Loyola. Ficando nas mãos da Coroa Portuguesa por alguns anos, o edifício foi arrematado pelo rico comerciante português Joaquim Vicente dos Reis, em 1781, mantendo-se seus herdeiros, a família Barroso, na posse do edifício até o ano de 1980.

* Mestranda em Sociologia Política (CCH/UENF), Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

Mestre em Políticas Sociais (UENF), Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Diretor do Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes.

Palavras-chaves: Paleografia; Testamentos; Joaquim Vicente dos Reis; Família Barroso.

A PALEOGRAFIA COMO PRÁTICA INVESTIGATIVA

O testamento de Joaquim Vicente dos Reis e os mais de 1200 escravos da Família Barroso.

Introdução

Ao serem expulsos do Brasil em 1759 por conta das reformas pombalinas, os jesuítas deixaram para trás um legado que vai muito além da religião e da educação, pois deixaram também as obras que haviam construído e os bens que haviam conquistado. Dentre estes, a fazenda de Campos dos Goytacazes - a Fazenda de Nossa Senhora da Conceição e Santo Inácio de Loyola, ou simplesmente Solar do Colégio. Ficando nas mãos da Coroa Portuguesa por alguns anos, o edifício foi arrematado pelo rico comerciante português Joaquim Vicente dos Reis, em 1781, mantendo-se seus herdeiros, a família Barroso, na posse do edifício até o ano de 1980.

A história desses ilustres atores da sociedade norte-fluminense ficou durante muito tempo não só esquecida, mas também desconhecida do público e pesquisadores em geral. Até que no ano de 2008 foram encontrados no Arquivo Público de Campos, em péssimo estado de conservação, um processo de Sentença Civil de Apelação extraído dos autos de testamento de Joaquim Vicente dos Reis, contendo a transcrição de todo o seu testamento e avaliação de todos os seus bens e um dos volumes do inventário de Sebastião Gomes Barroso, herdeiro maior de Joaquim, contendo a avaliação e distribuição de seus bens. Foi somente assim que pudemos ter dimensão, ou pelo menos certeza, da riqueza acumulada por tal família, ao constarmos seus mais de 1200 escravos arrolados, entre inúmeros outros bens, como por exemplo, doações de pedaços de terra que hoje formam toda uma cidade¹.

Nesse sentido, é preciso que observemos que ao longo dos anos, o termo documento evoluiu para a significância de algo como uma *prova* e, para os positivistas do fim do século XIX e início do XX, configura-se como o fundamento de um fato histórico. São os fundadores da *Escola do Annales* no século XX que ampliarão a noção de documento, que resultará no nascimento,

descrito por Le Goff, da história quantitativa. Assim, o documento não existe apenas por seu valor próprio, mas sim em relação a uma série de dados que o precede (valor relativo do documento). Assim, Le Goff afirma que “(:) o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.” (1990, p. 545).

É assim que este trabalho tem por interesse o estudo e divulgação das características e peculiaridades presentes em tão importantes documentos, a fim de demonstrar a importância da paleografia como prática investigativa na descoberta de documentações tão raras como esta, embora devamos estar conscientes de que não existe um documento-verdade e que ele é resultado de certa montagem de uma dada época, por determinados grupos de poder, a utilização que dele aqui fazemos, leva em conta sua importância como suporte de informações, ou mesmo como mecanismo de iniciação de novas questões.

A Cidade de Campos dos Goytacazes

Campos dos Goytacazes, pólo econômico da região Norte do Estado do Rio de Janeiro, está localizada em uma planície às margens do Rio Paraíba do Sul. Dista cerca de 290 quilômetros da capital do Estado e 30 quilômetros da costa, sendo interligada a outros centros urbanos por estradas asfaltadas, linha férrea e via aéreaⁱⁱ. Como qualquer outra cidade, possui um conjunto de traços característicos, mais ou menos emblemáticos que a identificam, alimentado por algumas características bem conhecidas: banhada pelo Rio Paraíba do Sul; espalhada por suas margens com bairros sofisticados ou pobres; as atuais 6 pontes que cruzam o rio; as usinas, os solares e os canaviais; os doces locais; o antigo canal de navegaçãoⁱⁱⁱ; as lagoas^{iv} e o Mercado Municipal.

O processo de colonização regional ocorreu a partir do início do século XVII e sua economia esteve desde o início dependente e dedicada à produção agrícola. A exploração econômica inicial, desbravadora, foi com a criação de gado para suprir o mercado consumidor existente na cidade do Rio de Janeiro, e, posteriormente, na região das Minas. Em meados do século XVIII, iniciou o

ciclo de produção do açúcar, que ainda permanece em produção e que foi o mais importante, duradouro e lucrativo. A economia regional sempre esteve associada e dependente de uma variada produção agro-industrial capitaneada pelo açúcar, com surtos de desenvolvimento e períodos de estagnação que se alternavam, especialmente durante o século XX. O século XIX e início do século XX marcaram a expansão do comércio, motivada pela grande produção e bons preços do açúcar e do café, artigos de exportação.

A cidade, desde sua fundação, se caracterizou por ser um pólo concentrador da produção regional para exportação e como distribuidor de produtos e serviços essenciais para a manutenção dessa produção. Um entreposto prestador de serviços que concentrava a riqueza gerada.

A região, em situação privilegiada geograficamente^v, foi de extrema relevância para o desenvolvimento incipiente do comércio no Brasil. Parte das regiões Sudeste e Nordeste do País recebiam os produtos da agricultura e pecuária de Campos dos Goytacazes e, na volta das embarcações para o porto da Vila de São João da Praia, enviavam suas produções.

Até meados do século XIX, essa Região manteve-se com poucos contatos com o restante do país. Exceção às rotas comerciais com a região das Minas (tropeiros) e o comércio via marítima com o Rio de Janeiro. Os caminhos terrestres tanto para o Rio de Janeiro quanto para o Espírito Santo e Minas eram muito precários. Mesmo assim, foi atingida pelas epidemias que assolaram os grandes centros populacionais do país. Além disso, havia ainda as “doenças locais”, sazonais, ocasionadas pelo meio ambiente e a falta de saneamento.

As atividades econômicas instaladas têm mudado bastante, ao mesmo tempo em que certas edificações começaram a ser objeto de processos de reabilitação (reformas e adaptações a novos usos) ou renovação urbana (demolição com construção de novos edifícios mais altos ou áreas de estacionamento). Nas três últimas décadas, o Município participa com elevado percentual na produção nacional de petróleo, extraído da plataforma continental, fato que incentiva o crescimento da economia local. Transformou-se, além disso, em pólo educacional com a implantação de quatro Universidades (uma estadual e três particulares), um Centro Universitário e campus avançado de duas Universidades federais.

O Arquivo Público Municipal e o Edifício do Solar do Colégio

Criado pela Lei nº 7.060 de 18 de maio de 2001 o Arquivo Público Municipal tem como atribuições estabelecer normas de organização e funcionamento, guardar e preservar os documentos de valor permanente produzidos, recebidos e acumulados pelos órgãos da Prefeitura no exercício de suas funções; garantir acesso aos documentos e às informações neles contidos, observadas as restrições legais; guardar e preservar os documentos de origem privada, declarados de interesse público e social, na forma da legislação em vigor.

O acervo pesquisado é composto por processos de testamento, documentação proveniente do Fórum de Campos, produzidos a partir do fim do século XVII. Esses processos fazem parte de um dos fundos arquivísticos mais importantes do Arquivo, do qual constam, entre outras séries, 360 caixas de inventários (1698 – 1980) com 3.400 processos e 63 caixas de testamentos (1712 – 1988) com 1.390 processos, que testemunham os vários aspectos da vida (e também da morte) de toda a Região Norte Fluminense.

O edifício que hoje abriga o Arquivo, construído na segunda metade do século XVII, é denominado Solar do Colégio em virtude de ter sido a sede de uma grande fazenda que pertencia ao Colégio Jesuíta localizado na cidade do Rio de Janeiro. Construído por padres da Companhia de Jesus e arrematado pelo comerciante Joaquim Vicente dos Reis um século mais tarde, é hoje o mais antigo edifício ainda sólido da região. Tombado pelo Patrimônio Histórico em 1946 e desapropriado pelo governo do Estado na década de 70, resistiu seu último morador, o Sinhô Barroso, até o ano de 1980, ano de sua morte. A partir de então, o prédio foi abandonado e passou a sofrer com os danos causados pelo tempo e pelas constantes depredações. Em 1991 o prédio sofreu restauração para que fosse implantada a escola de cinema, projeto de Darcy Ribeiro, sofrendo posteriormente novo abandono. Em 2001 foi implantando no lugar o Arquivo Público Municipal.

Funcionando no século XIX como uma das melhores e mais modernas usinas da região, muito se divulgou acerca da quantidade de escravos que pertenciam à Fazenda. Através do inventário de Joaquim Vicente dos Reis

verificou-se que a Fazenda contava com cerca de 1200 escravos, quantidade essa que mostra o poder da Fazenda e da família.

Pouco se conhecia, até então, da história do tão rico comerciante português que arrematou a grande Fazenda dos Jesuítas em Campos dos Goytacazes pela quantia de cinqüenta e seis mil e “tantos cruzados”, em 1781, em sociedade com seu tio João Francisco Vianna e Manoel José de Carvalho, provavelmente seu primo, contribuindo cada um com vinte e um mil em gados “em letras correntes da Real Fazenda”. Foi quando em princípios de 2008 foi descoberto entre a documentação do Arquivo ainda a ser identificada, em virtude de seu avançado estado de deterioração, um processo de *Sentença Civil de apelação extraída de uns autos de contas de testamento a favor do apelado Sebastião Gomes Barroso, contra o apelante Provedor da Santa Casa de Misericórdia Francisco da França*, estando em anexo o testamento de Joaquim Vicente dos Reis, até então completamente desconhecido do público em geral.

O documento de 318 páginas encontrava-se coberto em grande parte por fungos, com muitas folhas coladas umas as outras e outras tantas rasgadas. Embora houvesse a urgente necessidade de se proceder primeiramente à restauração do documento, em virtude de sua crucial importância para a história do próprio prédio e para o desenvolvimento de um projeto que até então era desenvolvido por funcionários do Arquivo, intitulado “Memória do Solar”, objetivando o resgate da história e memória da atuação dos jesuítas na região, da atuação do próprio Joaquim Vicente na então Capitania do Paraíba do Sul e principalmente, a importância do prédio na vida cotidiana da população local, é que o documento passou primeiramente por processo de identificação e descrição.

A estrutura dos testamentos

A elaboração de testamentos serviu como um importante aliado no controle que a Igreja Católica exerceu sobre seus seguidores. O que se percebe quando da análise de tais testamentos é certa estrutura que recorrentemente se repete, mas que muda com o passar dos séculos. Durante o século XVIII, período o qual iremos nos ater, o que mais prevalece ao longo

dos testamentos é o temor da morte em “hora incerta”. Com o passar do tempo essas influências religiosas vão diminuindo, e embora continuem sendo citadas, perdem espaço para aspectos mais jurídicos da vida cotidiana.

Os documentos tradicionalmente utilizados, gerados, sobretudo, pelo Estado ou por seus líderes, pouco esclareciam os novos campos em que a História se propôs penetrar, a partir da especificidade de seu olhar. Para estudar os sentimentos, como o amor, o medo, o pudor; a sexualidade; a vida cotidiana, com suas festas, ritos e outras formas de sociabilidade, mas também com seus aspectos materiais, a riqueza ou a pobreza espelhada nas moradias, na alimentação, nas roupas e adereços; as trocas comerciais, as relações e formas de trabalho; enfim, a vida das pessoas comuns, era preciso encontrar novas fontes de informação diferentes dos documentos oficiais. Testamentos e inventários se mostraram, então, particularmente importantes. Certamente aqueles das camadas dominantes, mas também de outros grupos sociais que viveram longe do poder.

Essa pequena amostra da riqueza dessa documentação reitera a importância do acervo preservado no Arquivo de Campos. Aí encontramos informações as mais variadas: sobre o estado de saúde do falecido, sobre sua religiosidade, sobre os ritos fúnebres encomendados e, naturalmente, sobre suas posses materiais, seu estilo de vida e a rede social da qual fazia parte. Aí estão retratados não só os barões do açúcar, mas também comerciantes, clérigos, profissionais liberais, trabalhadores manuais e ex-escravos, fornecendo um amplo quadro da sociedade campista, sobretudo dos séculos XIX e XX, apesar de haver muitas informações sobre o XVIII.

A maior parte dos testamentos pesquisados era constituída por cláusulas piedosas, que tinham o objetivo de garantir que as vontades do defunto fossem cumpridas. Podemos constatar a importância dos testamentos, que refletiram, até o século XVIII e ainda no XIX, o controle do moribundo sobre sua morte, porque foi o meio que cada um exprimia, muitas vezes de maneira muito pessoal, os seus pensamentos profundos, a sua fé religiosa, o seu apego às coisas, aos seres que amava, a Deus, as decisões que tinha tomado para assegurar a salvação de sua alma, o repouso do seu corpo. O testamento era então um meio de cada pessoa afirmar vontades e convicções,

mais do que apenas um ato de direito privado para a transmissão de sua herança.

A documentação pesquisada mostra que havia a existência de fórmulas comuns de abertura. As invocações aos seus “protetores” são permanentes, entre as mais comumente encontradas se destacam a Virgem Maria, reconhecida como mediadora entre os homens e Deus na religião católica; Cristo, o Anjo da Guarda e os santos de devoção pessoal, que apresentavam alguma originalidade e também os santos de maior projeção na comunidade onde residia – os padroeiros. Essa religiosidade pode ser percebida por outros elementos, que aparecem nos testamentos e são determinados pela escolha do testador, como o pertencimento às irmandades e o uso da mortalha própria, os pedidos de sufrágio por sua alma e de outros – até de inimigos - e as determinações sobre o sepultamento. Já no final do século XIX, por variadas causas, entre elas a econômica, junto com o desaparecimento da pompa, também se observa o deslocamento das decisões sobre o tipo de funeral do próprio testador para seu testamentário.

Nos testamentos, apesar da variação das fórmulas, encontramos a presença de preceito religioso logo na abertura, identificando como os mais comuns “Em nome de Deus, amém” e “Em nome da Santíssima Trindade, padre, filho e espírito santo, três pessoas e hum só Deus Verdadeiro”, seguido da encomendação da alma a Deus e do apelo à proteção de santos de devoção. Depois vinha quase sempre uma espécie de identificação do testador, de onde havia nascido, estado civil, filiação, nomes do cônjuge e dos filhos se os houvesse, os ilegítimos, às vezes, como beneficiado por alguma doação. Eram então indicadas três ou mais pessoas para testamentários, ou seja, seriam os executores das últimas vontades do testador. Passava-se à distribuição dos bens, quase sempre justificando as doações feitas aos que não fossem herdeiros diretos e, às vezes, mesmo as feitas a estes. É muito comum haver disposições para alforria de escravos e também doações de casas, roupas, dinheiro, ferramentas, armas ou pedaços de terras. Em alguns aparecem legados à Santa Casa de Misericórdia de Campos, talvez pelo pertencimento à entidade ou pelo tratamento que poderia receber em caso de doença. Legalmente, o testador podia legar a quem lhe aprouvesse “sua terça” – dos bens, o restante indo forçosamente para os herdeiros legítimos.

Esse roteiro básico do documento era freqüentemente enriquecido por declarações sobre as mais diversas situações envolvendo testadores, seus familiares, escravos e outras pessoas. Como também dívidas contraídas e créditos a receber, nos casos de comerciantes e fazendeiros avaliados. Reis argumenta que, mesmo que fossem geralmente ditados e não escritos do próprio punho, sofrendo a influência dos escrivães e de outras pessoas presentes, os testamentos sempre “revelam parte importante da alma de quem ditava” e apresenta uma interessante tabela com exemplos, datados entre 1800 e 1835, de como eram as fórmulas iniciais dos testamentos. A primeira afirma: “...temendo-me a morte e querendo por minha alma no caminho da salvação...”. E a última: “...Considerando a incerteza do fim da minha vida...”. Observa então que, mesmo os que deram apenas justificativas seculares para testar, apresentam algum sentido religioso em seus atos, pois a doação a instituições pias, o perdão e o acerto das dívidas, a ajuda a parentes necessitados, a alforria de escravos, todos esses atos eram valorizados para a salvação. Reis chama a atenção para o fato de que, apesar das informações dos inventários esclarecerem mais sobre os bens materiais do testador, e os testamentos para a análise dos aspectos culturais e das sociabilidades, algumas doações materiais expressam sentimentos de religiosidade. (REIS, 1991: 93-97).

Assim, a necessidade de comprometer publicamente a família, e, às vezes os amigos, para o cumprimento de suas últimas vontades é interpretada como sinal de desconfiança em relação ao cumprimento das cláusulas. Segundo Ariès, na segunda metade do XVIII, verifica-se uma mudança considerável na redação dos testamentos em todo o Ocidente cristão, católico ou protestante: “As cláusulas piedosas, as designações de sepulturas, as fundações destinadas a missas e serviços religiosos e as esmolas desapareceram; e o testamento ficou reduzido ao que é hoje um acto legal de distribuição de fortunas”

Podemos perceber ainda, nos testamentos, que os libertos manifestam suas “derradeiras vontades”, mas também “seus temores e crenças”. Podemos citar o testamento deixado por Mariana Maria do Espírito Santo, africana de Benguela, não especificando como chegou a seu estado civil, escrito em 4 de

setembro de 1883, manteve a introdução padrão do século anterior, diferenciando-se nos detalhes, que estabelece:

“ ...falecendo aqui em São Sebastião quero ser sepultada no Cemiterio de Nossa Senhora do Rozario. Mando que por minha alma se digam quatro missas. Deixo a Santo Antonio e Nossa Senhora da Conceição o sitio com as benfeitorias e tudo que se encontrar dentro da casa. Deixo a Luiza Maria de Almeida Moço trinta mil réis. Rogo ao senhor Benvindo Coitinho de Araujo queira fazer a obra pia de ser meu primeiro testamenteiro... “

A utilização da linguagem dominante seria um meio de poderem expressar seus interesses, revelando o que podia ser conhecido, mas calando o que conviesse. Não encontramos referências diretas a algum culto ou procedimento de origem africana, talvez isso estivesse estipulado por orientações verbais a familiares ou ao próprio testamenteiro.

Examinando os hábitos relativos ao luto, também identificamos mudanças. Até o século XVIII, o luto tinha uma dupla finalidade: obrigava a família a manifestar um pesar que nem sempre tinha pela morte do parente, o uso de luto e a não participação em diversos tipos de atividades sociais, mas também obrigava aos que realmente sofriam um convívio social, sob forma das visitas devidas e costumeiras a outros parentes e as missas. Mas no século XIX o luto excede o ritual e se coloca por vezes como expressão insuperável e espontânea da dor, o que significa que a morte é menos aceita do que foi antes. A morte temida não é, então, a morte de si, mas a morte do outro. Esse sentimento dá origem ao culto moderno dos túmulos e dos cemitérios, que constitui um fenômeno de caráter religioso contemporâneo.

O testamento de Joaquim Vicente dos Reis^{vi} e o Inventário de Sebastião Gomes Barroso

O testamento de Joaquim Vicente dos Reis^{vii}, elaborado no dia 9 de julho de 1809, sendo que seu falecimento só se dará no ano de 1813, inicia-se similarmente a tantos outros testamentos daquela época, “Em nome da Santíssima Trindade Padre, filho e Espírito Santo Amém. Saibão quantos este publico instrumento de testamento e ultima vontade virem que quando no anno

do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e nove aos nove dias no mes de Julho do dito anno Eu Joaquim Vicente dos Reys estando de pé e caminhando, só com algumas enfermidades cronicas (...) e em meu perfeito juizo pela Mizericordia de Deus e temendo me da morte não sabendo quando o meu senhor será servido chamarme (...) faço este meu Testamento (...). Joaquim prossegue encomendando sua alma a Jesus Cristo, à Santíssima Trindade, a toda a “Corte do Céu” e aos anjos de sua guarda.

Logo à página 06 Joaquim dá prosseguimento informando sua naturalização e filiação, informações de extrema importância para se dar prosseguimento no estudo sobre a vida de tão importante personagem da história campista. Assim, declara que “sou natural e baptizado na Fregueza de Santa Catherina do Monte Synai da Cidade de Lisboa Patriarchado da mesma filho legitimo de Mathias Francisco Vianna e de sua mulher Maria Ignácia de Figueiredo já defuntos”. Declara ainda sobre o consórcio que realizou com Josefa Bernardina e dos filhos que teve com a mesma, inclusive sobre os casamentos de suas três herdeiras, “Declaro que sou viúvo desde quatro de Agosto de mil oito centos e quatro dia em que faleceu a minha mulher Donna Josefa Bernardina do Nascimento filha de Jose Vaz Caldas e de sua mulher Victoria Bernarda do Nascimento já defuntos de cuja tive oito filhos cinco por defuntos e tres que se achão vivos que são Dona Maria Joaquina do Nascimento cazada com o Cappitão Paulo Francisco da Costa Vianna Dona Anna Bernardina do Nascimento Reys cazada com o Senhor Sargento Mor Sebastião Gomes Barroso e Dona Joanna Bernardina do Nascimento Reys que se ainda solteira as quaes estas minhas filhas são minhas universaes herdeiras de meus bens tirada primeiro a minha terça”.

Ao nomear os testamenteiros, recorre em primeiro lugar ao genro Sebastião Barroso, casado com sua segunda filha, e descrito por ele mesmo como “meu filho”. “Pesso e rogo em primeiro lugar a meu *estimadíssimo filho e genro* o Sargento Mor Sebastião Gomes Barroso e a sua consorte minha estimadíssima filha a Senhora Donna Ana Bernardina do Nascimento Reys, e em quarto lugar ao Senhor e Alferes Diogo Gomes Barroso (...)”. Estipula ainda um período de oito anos para dar conta e não sendo bastante recorrerão ao juízo que lhes arbitrara.

É interessante observarmos que muito da riqueza desse período estava associada ao pertencimento a Irmandades e Confrarias, que no momento da morte do indivíduo, serviriam de apoio ao encaminhamento da alma. Assim, Joaquim declara que “por meu fallecimento meu corpo será amortalhado no meu Manto da Ordem de Nosso Senhor Jezus Christo de que sou Cavalleiro Profeço levando as Insignias da ditta ordem e tãobem as de Santiago de Espada de que sou Cavalleiro e as Insignias da minha Religião [ilegível] de São Francisco de que sou Confrade e Irmão Terceiro e as da Ordem de Nossa Senhora do Carmo de que sou tãobem Terceiro e tãobem sou Confrade e Irmão de São Pedro da Cidade do Rio de Janeiro e remido e será depositado o meu corpo na capella da minha Fazenda de Nossa Senhora da Conceição e Santo Ignacio desta Fazenda em cuja Capella se me fará um Officio de Corpo presente com os padres que se poderem encontrar e encomendado pelo Reverendo Párocho com todos os clérigos que se acharem do Officio e os Religiozos que houverem e algumas Irmandades da Freguesia que assistirão ate meu corpo ser sepulttado na ditta Capella que lhe dará a esmola costumada no dia do meu fallecimento e nos seguintes ate o oitavo se dirão as Missas que se poderem dizer de corpo presente pela minha alma (...)”. Além disso, determinada as esmolas costumadas a serem dadas aos pobres.

Mais algumas linhas transcorrem até chegarmos às declarações do testador acerca do processo de arrematação da Fazenda do Solar do Colégio. Assim, “declaro que rematei esta Fazenda em Praça Publica na Junta da Real Fazenda da Cidade do Rio de Janeiro em sette de julho de mil sette centos e oitenta e um e associei nela a meu Tio senhor João Francisco Vianna e Manoel Jose de Carvalho entrando cada um deles com vinte um mil em gados em Lettras correntes da Real Fazenda para a mesma sociedade, e eu com a quantia de cincoenta e seis mil e tantos cruzados como consta da Escripura”. Algum tempo depois, com a morte de seu tio e sócio, Joaquim comprará as partes que lhe faltavam na Fazenda.

À página 20 Joaquim Vicente prossegue na disposição de suas vontades, ordenando que sejam rezadas *quinhentas* missas por sua alma, em Campos e no Rio de Janeiro, e mais quinhentas a serem rezadas pelas almas de seus pais, quatrocentas pelas pessoas com quem fez negócios e quatrocentas pelas almas de seus escravos já falecidos. Determina ainda que

se digam missas, geralmente 100 ou duzentas, separadamente, pelas almas de seus parentes, sócios e esposa.

Traço comum encontrado mesmo nos mais simplórios testamentos, Joaquim dá início as determinações sobre as doações a serem feitas, enumerando as diversas entidades, irmandades, igrejas e freguesias a serem beneficiadas. “Deixo a Santa Casa de Mizericordia desta Villa denominada a May dos Homens para trato dos enfermos a quantia de hum conto de reis”. Interessante observar que a importância do testador não se restringia apenas à cidade de Campos, mas também ao Rio de Janeiro e Espírito Santo– “Deixo a minha Sagrada Religião de Santo Antonio da Cidade do Rio de Janeiro de que sou Irmão Confrade a quantia de seis contos mil reis”, além de doações a inúmeras igrejas, hospitais e conventos daquela cidade; “ Deixo a Igreja e Freguesia de Nossa Senhora do Rozario da Villa de Espirito Santo da Capitania de que é Vigário o Reverendissimo Manoel Gonçalves Victoria a quantia de trezentos mil reis para as obras e ornamentos do mesmo Templo.” Além disso, determina os parentes, como irmãs e irmãos, sobrinhos(as), amigos, compadres e afilhados(as) a quem deseja ajudar com dinheiro ou alguma outra doação e as inúmeras irmandades de Campos e região auxiliadas por seu legado.

Interessante notar que na disposição de sua terça, que ele divide em quatro, deixa duas dessas quatro partes à filha Ana Bernardina e para o estimado genro Sebastião Barroso, uma parte para a filha mais nova e ainda solteira Joana Bernardina^{viii}, e a outra parte para as obras pias que seu genro testamenteiro julgar merecedoras. No entanto, nada de sua terça é deixado para sua primeira filha a filha, Maria Joaquina do Nascimento, casada com o Capitão Paulo Francisco da Costa Vianna. Assim, declara que “todos os remanecente de minha Terça se forem bastantes depois de cumpridos os meus legados e todas as mais dispoziçoens que aqui determinou o que dispunha na minha Carta particular que deixo a meus Testamenteiros se partirá em quatro partes a valer duas partes deixo a minha filha Anna Bernardina do Nascimento Reys casada com meu estimado filho e genro o Senhor Sargento Mor Sebastião Gomes Barroso outra parte deixo a minha filha Joanna Bernardina do Nascimento Reys e a outra parte disporá testamenteiro como honrado que he em obras pias”.

A abertura do testamento de Joaquim Vicente é feita por Sebastião Barroso no dia 10 de abril de 1813. Trinta anos depois, isto é, em 1843, é o inventário do mesmo Sebastião Barroso que tem início. Com um total de cinco volumes, fora encontrado no Arquivo de Campos apenas um desses cinco volumes, embora de valor inestimável, por se tratar das avaliações e divisões dos bens entre os herdeiros.

Embora salte aos olhos a imensa quantidade de bens, como ouro e prata, oratórios, móveis, entre outros, é a grande quantidade de escravos que mais nos prende ao documento. São exatamente 131 folhas de avaliação que descrevem os nomes, idades, profissões e valores de exatos 1236 escravos no ano de 1843. Além destes, são incluído mais 45 que nasceram no momento posterior às avaliações, porém antes que se finalizasse o inventário.

Entre avaliações de homens, mulheres, crianças e idosos, algumas informações nos saltam aos olhos. A primeira é perceber que a Família Barroso realmente empreendeu certa política de favorecimento dos casamentos e formação de família entre os escravos. Essa informação fora amplamente divulgada pelos últimos remanescentes da família, bem como a não utilização de castigos físicos contra os escravos, embora nunca antes pudesse ter sido comprovada. Assim é que o primeiro escravo a ser avaliado é o crioulo Benedito, com idade de quarenta anos e de serviço de roça, avaliado em cento e sessenta mil réis. Em seguida é avaliada a crioula Anna, mulher de Benedito, com trinta anos e também de serviços da roça, no valor de quatrocentos e oitenta mil réis. Além destes, são avaliadas Clara, três anos e Jeronima, seis meses, ambas filhas de Benedito e Anna, nos valores de trezentos mil réis e sessenta mil réis respectivamente. Nesse sentido constatamos também a continuação desse discurso, que geralmente via à tona nos momentos de entrevista para o Projeto Memória do Solar, isto é, a idéia de que por favorecer as uniões entre os escravos, estes não viviam em senzalas, mas sim em pequenos casebres ao redor da Fazenda. A pequena Joanna, cabra, de dois anos, apesar de ser avaliada ao lado de seus pais e seus irmãos, vivia “aqui no Colégio em casa da tia Florença”.

Apesar disso pudemos constatar também o uso que se fazia dos escravos como uma espécie de moeda. É o caso do pardo João que com dezesseis anos de idade foi dado à “Senhora Carlota” como parte do

pagamento de uma dívida. Por outro lado a parda Anna Pinheiro, de oitenta e cinco anos, cega, foi avaliada como não tendo valor. Em muitos casos observamos também o falecimento de alguns escravos, embora fossem poucos num total de mais de 1200 escravos. Theotônio, por exemplo, jovem de apenas dezoito anos, após ser avaliado em setecentos mil réis, qualificado enfermeiro, profissão não muito comum a um escravo, recebe apenas uma pequena nota apócrifa definindo-o como “Morto”.

Assim é que percebemos que em virtude dos anos que nos separam destes documentos, dos danos sofridos por anos de abandono, dos constantes ataques de insetos, sem o conhecimento da paleografia como instrumento decifrador desses códigos oficiais, religiosos e/ou cotidianos, não conseguiríamos captar tão a fundo os detalhes e riquezas que tais obras do passado nos transmitem.

Bibliografia

ARIÈS, Philippe. **Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média**. Lisboa: Teorema, 1988.

BERWANGER, Ana Regina e LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de Paleografia e de Diplomática**. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2008.

FUSTEL DE COULANGES, Numa Denis. **A cidade antiga: estudos sobre o culto, o direito, as instituições da Grécia e de Roma**. São Paulo: HEMUS, 1975. 12ª ed.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e o Brejo**. Rio de Janeiro: Lidador, 1970.

RIBEIRO, Darcy. **A fundação do Brasil**. Petrópolis: Ed.Vozes, 1993.

REIS, João José. **A Morte é uma Festa. Ritos Fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RODRIGUES, Claudia. **Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

_____. **A arte do bem morrer no Rio de Janeiro setecentista**. Belo Horizonte: Varia Historia, v. 24 n. 39. jan./jun. 2008. Capturado em www.scielo.br em 03/11/2009.

SOARES, Marcio de Sousa. **A Remissão do cativo: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goytacases, c.1750-c.1830**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

UJVARI, Stefan Cunha. **A história e suas epidemias**. Rio de Janeiro: Editora SENAC, 2003. Capturado em: www.books.google.com.br em 02/07/2009.

ⁱ Em Carta de Doação passada por Joaquim Vicente dos Reis encontrada no Arquivo Público de Campos consta termo de doação das terras que hoje formam a cidade de São Fidélis.

ⁱⁱ Rio de Janeiro, Vitória e Belo Horizonte. Além de cidades vizinhas por estradas secundárias.

ⁱⁱⁱ Canal construído entre 1840 e 1872. Ligava o porto de Imbetiba em Macaé a Campos, através de canais que interligavam as lagoas e os rios da Região, media cerca de 100 quilômetros

^{iv} A mais importante e maior entre dezenas, é a Lagoa Feia.

^v A Capitania da Paraíba do Sul, hoje, Norte Fluminense, localiza-se próximo ao atual Estado de Minas Gerais, Espírito Santo além da estrada líquida, utilizada inicialmente via porto de São João da Barra, com a Bahia.

^{vi} A grafia será mantida como no original.

^{vii} O testamento de Joaquim Vicente dos Reis compõe-se de um total de 34 folhas, divididas em frente e verso.

^{viii} Que anos mais tarde se casará com o Marques de Palma.